



São Paulo, 10 de setembro de 2010

Ref: – Distribuição Pública de Ações da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS

Prezados,

Como é de conhecimento público, a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS (“Petrobrás” ou “Companhia”) está emitindo ações para distribuição pública (“Oferta Global”) e, em decorrência deste evento, vimos pela presente informar que pessoas físicas que sejam cotistas de Fundos Mútuos de Privatização - FGTS (“Fundos”) nos dias 30/06/10 e 10/09/10, tendo efetivados seus investimentos com recursos provenientes de conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (“FGTS”), terão o direito de realizar novo investimento no respectivo Fundo entre os dias 13/09/10 e 16/09/10, utilizando recursos provenientes da(s) conta(s) vinculada(s) ao FGTS da(s) qual(is) é titular. Os recursos oriundos da(s) conta(s) vinculada(s) ao FGTS serão utilizados na integralização de ações da Oferta Global (“Ações”) que vierem a ser subscritas pelo Fundo.

Nos termos da Lei 12.276, de 30/06/2010 e com base na regulamentação aplicável, lembramos que o novo investimento por meio dos Fundos poderá utilizar até 30% (trinta por cento) do saldo atual mantido pelo cotista em conta(s) vinculada(s) ao FGTS, livre(s) de quaisquer restrições, sujeito, no entanto, ao limite a ser calculado com base no percentual do investimento devido pelo cotista no capital social da Petrobrás por meio do Fundo em 17/09/2010. Para fins de investimento no Fundo, prevalecerá o menor valor entre aquele indicado pelo cotista no momento da adesão e valor sujeito à liberação pelo agente operador do FGTS, nos termos da legislação aplicável, conforme acima descrito.

É importante ressaltar que o cotista poderá utilizar mais de uma conta do FGTS para realizar este novo investimento. Todavia, destaca-se que, caso este possua investimento por meio de qualquer outro Fundo na Companhia, os recursos de uma determinada conta vinculada somente poderão ser destinados para investimento em cotas de um único Fundo.

Por oportuno, informamos que o regulamento do Fundo será alterado, a partir do dia 10/09/2010, para contemplar os procedimentos de aplicação previstos acima.

Caso tenha interesse em obter maiores informações a respeito de possível investimento em novas cotas do Fundo, procure a sua agência, entre os dias 13/09/10 e 16/09/10, munido do extrato atualizado de conta(s) vinculada(s) do FGTS. Em caso de dúvidas, entre em contato com seu gerente.

Esta carta não deve ser considerada uma recomendação de subscrição de ações de emissão da Petrobrás ou de investimento em cotas do Fundo. Ao decidir por investir no Fundo e subscrever cotas do Fundo, cujos recursos serão utilizados na integralização das Ações que vierem a ser subscritas pelo Fundo, os investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação sobre a Petrobrás, seus negócios, sua situação financeira, o resultado das suas operações e os riscos decorrentes do investimento nas ações. Os investidores devem ler a seção “Fatores de Risco” a partir das páginas 31 e 53 do prospecto preliminar e as seções 4 e 5 do Formulário de Referência da Petrobrás, para análise de certos fatores de risco que devem ser considerados antes da subscrição das cotas do Fundo, cujos recursos serão utilizados na integralização das Ações que vierem ser subscritas pelo Fundo.

LEIA O PROSPECTO PRELIMINAR E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, ESPECIALMENTE A RESPECTIVA SEÇÃO DE FATORES DE RISCO.

As informações contidas neste material publicitário não substituem a leitura atenta do Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência. O prospecto preliminar e o formulário de referência estão disponíveis nas páginas da internet indicadas na página 2 deste Material Publicitário.

O Prospecto Preliminar está disponível nos seguintes *websites*: (i) COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (www.cvm.gov.br – em tal página acessar “Cias Abertas e Estrangeiras”, após acessar “Prospectos de Distribuição Preliminares”, após, no item “Primárias”, “Ações” e acessar o link referente ao “Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS”, posteriormente clicar em “Minuta do Prospecto Preliminar”); (ii) BM&FBOVESPA S.A – BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS (www.bmfbovespa.com.br – neste website acessar “Empresas Listadas”, posteriormente acessar “PETROBRAS” – “Prospecto de Distribuição Pública”); (iii) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS (www.petrobras.com.br/pt/investidores/ – neste website acessar “Informações Financeiras” e posteriormente “Prospectos”); (iv) BANCO MERRILL LYNCH DE INVESTIMENTOS S.A. (www.merrillynch-brasil.com.br – neste website acessar “Petrobras”); (v) BANCO BRADESCO BBI S.A. (www.bradescobbi.com.br/ofertaspublicas – neste website acessar o item “Ações”, e posteriormente clicar em “Petrobras” e depois “Prospecto Preliminar”); (vi) CITIGROUP GLOBAL MARKETS BRASIL, CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. (www.citibank.com.br – neste website acessar “Prospectos de Operações” e, posteriormente, “Prospecto Preliminar Petrobras”); (vii) BANCO ITAÚ BBA S.A. (www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos.asp – neste website acessar “Petrobras” e posteriormente “Prospecto Preliminar”); (viii) BANCO MORGAN STANLEY S.A. (www.morganstanley.com.br/prospectos – neste website acessar “Prospecto Preliminar – Petrobras”); (ix) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. (www.santandercorretora.com.br – neste website acessar “Ofertas Públicas – Petrobras”); (x) BB-BANCO DE INVESTIMENTO S.A. (www.bb.com.br/ofertapublica – neste website acessar “Petrobras” e posteriormente “Leia Prospecto Preliminar”); (xi) BANCO BTG PACTUAL S.A., (www.btgpactual.com.br – neste website, acessar “Área de Negócios”, depois “Investment Banking”, posteriormente “Mercado de Capitais”, “2010” e clicar em “Prospecto Preliminar” no item “Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão da Petrobrás”); (xii) BANCO CRÉDIT AGRICOLE BRASIL S.A. (<http://www.ca-cib.com.br/> – neste website, acessar o link “Petrobras – Prospecto Preliminar de Emissão de Ações”); (xiii) BANCO DE INVESTIMENTOS CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A. (<https://br.credit-suisse.com/ofertas/>); (xiv) GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A. (http://www2.goldmansachs.com/worldwide/brazil/ipo/brazilian_offerings.html); (xv) HSBC BANK BRASIL S.A. – BANCO MÚLTIPLO (<http://www.hsbc.com.br/1/2/portal/pt/para-sua-empresa/investimento/acoes/ofertas-publicas> – neste website acessar “Prospecto Preliminar – Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras”); (xvi) BANCO J.P. MORGAN S.A. (<http://www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/brazil/pt/business/prospectos/petrobras>); (xvii) BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE BRASIL S.A. (http://www2.sgcib.com/brazil/Capital_Markets.rha – neste website acessar o link “Prospecto Petrobras”); (xviii) BES INVESTIMENTO DO BRASIL S.A. - BANCO DE INVESTIMENTO (www.besinvestimento.com.br/emissoes); (xix) DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO (http://www.db.com/brazil/content/5030_ofertas.htm); (xx) BANCO J SAFRA S.A., (www.safrabi.com.br – neste website acessar o link “Petrobras Follow-on – Prospecto Preliminar – Setembro de 2010”); e (xxi) BANCO VOTORANTIM S.A. (<http://www.bancovotorantim.com.br/ofertaspublicas> – neste website, na seção Prospectos das Operações de Renda Variável, acessar o link “Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras” – Prospecto Preliminar de Emissão de Ações “Follow On”).

O Formulário de Referência está disponível nos seguintes *websites*: (i) COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (www.cvm.gov.br – em tal página acessar “Cias Abertas e Estrangeiras”, após acessar “ITR, DFP, IAN, IPE e outras informações”, após, digitar o nº do CNPJ da Companhia (33.000.167/0001-01), posteriormente acessar o link “Formulário de Referência”); (ii) BM&FBOVESPA S.A – BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS (www.bmfbovespa.com.br – neste website acessar “Empresas Listadas”, posteriormente acessar “PETROBRAS” – “Informações Relevantes”, posteriormente acessar link “Formulário de Referência – em arquivo”); e (iii) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS (www.petrobras.com.br/pt/investidores/ – neste website acessar “Oferta Pública” e posteriormente “Formulário de Referência”).

Antes de tomar sua decisão de investimento nas cotas do Fundo, cujos recursos serão investidos nas Ações, os investidores deverão ler atentamente as seções “Principais Fatores de Risco” do Prospecto Preliminar, bem como as seções 4 e 5 do Formulário de Referência da Companhia.

Os negócios, situação financeira, ou resultados operacionais da Companhia podem ser adversa e materialmente afetados por quaisquer dos riscos abaixo relacionados. Caso qualquer dos riscos e incertezas aqui descritos se concretize, os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados. Os riscos descritos abaixo não são exaustivos, outros riscos e incertezas ainda não conhecidos ou que hoje

LEIA O PROSPECTO PRELIMINAR E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, ESPECIALMENTE A RESPECTIVA SEÇÃO DE FATORES DE RISCO.

As informações contidas neste material publicitário não substituem a leitura atenta do Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência. O prospecto preliminar e o formulário de referência estão disponíveis nas páginas da internet na página 2 deste Material Publicitário.

sejam considerados imateriais, também poderão ter um efeito adverso sobre a Companhia.

<p>Riscos relacionados à Companhia</p> <p><i>A capacidade da Companhia de atingir seus objetivos de crescimento a longo prazo depende da sua capacidade de descobrir reservas adicionais e desenvolvê-las com sucesso, sem o que pode não conseguir alcançar suas metas de longo prazo para o crescimento da produção.</i></p> <p><i>As estimativas da Companhia quanto às reservas de petróleo e gás natural envolvem certo grau de incerteza, o que pode afetar negativamente sua capacidade de gerar receita.</i></p> <p><i>A Companhia pode não ter recursos suficientes para exploração, desenvolvimento e produção futuras de suas recentes descobertas do pré-sal.</i></p> <p><i>O Contrato da Cessão Onerosa é um contrato entre partes relacionadas, com disposições que determinam revisões e alterações em seu valor e no volume de barris de óleo equivalente que a Companhia pode extrair das áreas objeto da Cessão Onerosa. A Cessão Onerosa é regulada pelo Contrato da Cessão Onerosa, celebrado entre a Companhia e a União, seu Acionista Controlador. A negociação desse contrato envolveu aspectos relevantes, incluindo, dentre outros, a negociação sobre (1) as áreas objeto da Cessão Onerosa, (2) o volume de barris de óleo equivalente que a Companhia pode extrair dessas áreas, (3) o valor da Cessão Onerosa e os royalties devidos à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, (4) as condições para realização da revisão do Contrato da Cessão Onerosa, e (5) as condições para a redistribuição dos blocos exploratórios objeto da Cessão Onerosa. A Companhia não pode garantir que o resultado dessa negociação teria sido o mesmo se realizado entre duas partes não relacionadas.</i></p> <p><i>O Contrato da Cessão Onerosa determina a revisão do valor da Cessão Onerosa, a qual deve ser conduzida a partir da declaração de comercialidade de todos os campos de produção das áreas objeto da Cessão Onerosa e submetida à apreciação prévia do CNPE, nos termos do Contrato da Cessão Onerosa. Caso a revisão do valor da Cessão Onerosa resulte em um valor superior ao atualmente constante do Contrato da Cessão Onerosa, a Companhia e a União terão de concordar entre (1) a Companhia pagar a diferença do valor da Cessão Onerosa à União ou (2) a Companhia reduzir o volume máximo de barris de óleo equivalente que poderá extrair das áreas objeto da Cessão Onerosa, inclusive com possibilidade de devolução de blocos exploratórios. Por outro lado, caso a revisão do valor da Cessão Onerosa resulte em um valor inferior ao atualmente constante do Contrato da Cessão</i></p>	<p><i>Além disso, a Companhia não pode garantir que o valor da Cessão Onerosa não será objeto de contestações, incluindo em relação à sua fixação em valor superior ao constante do laudo técnico elaborado pela DeGolyer and MacNaughton, que a subsidiou nas negociações do Contrato da Cessão Onerosa com a União. Além da Companhia, seus administradores poderão ser acionados pessoalmente, tanto no âmbito administrativo como no âmbito judicial, por entidades de classe, acionistas minoritários e outros terceiros, questionando, dentre outros, a aprovação e celebração do Contrato da Cessão Onerosa em alegado detrimento dos seus acionistas que não o seu Acionista Controlador.</i></p> <p><i>Em qualquer dos casos acima, a Companhia não pode garantir se contestações em relação ao novo marco regulatório, à Cessão Onerosa e/ou ao Contrato da Cessão Onerosa se materializarem, tampouco pode prever, caso elas se materializem, o resultado que o respectivo processo legal terá.</i></p> <p><i>Riscos relacionados ao controlador, direto ou indireto, ou ao grupo de controle, da Companhia</i></p> <p><i>O governo brasileiro, na qualidade de acionista controlador, poderá exigir da Companhia o alcance de certas metas macroeconômicas e sociais que poderão ter um impacto negativo nos resultados operacionais e na posição financeira da Companhia.</i></p> <p><i>A Companhia poderá não obter financiamentos para alguns de seus investimentos planejados, e, caso isso ocorra, seus resultados operacionais e posição financeira poderão ser afetados negativamente.</i></p> <p>Riscos relacionados aos acionistas da Companhia</p> <p><i>O desenvolvimento e a percepção do risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos e em países emergentes, podem afetar o preço de mercado dos títulos brasileiros, incluindo as ações da Companhia, e limitar sua capacidade de financiar operações.</i></p> <p><i>A Companhia pretende realizar uma oferta pública de ações no âmbito da Lei nº 12.276/10 sancionada em 30 de junho de 2010 pelo Presidente da República, o que pode acarretar em diluição de participação dos acionistas no capital social da Companhia.</i></p> <p>Riscos relacionados a controladas e coligadas da Companhia</p> <p><i>A Companhia possui um grande número de empresas controladas e coligadas (conforme seção 8 do Formulário de Referência da Companhia), e muitas estão sujeitas a riscos operacionais e de mercado similares aos da</i></p>
--	--

LEIA O PROSPECTO PRELIMINAR E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, ESPECIALMENTE A RESPECTIVA SEÇÃO DE FATORES DE RISCO.

As informações contidas neste material publicitário não substituem a leitura atenta do Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência. O prospecto preliminar e o formulário de referência estão disponíveis nas páginas da internet na página 2 deste Material Publicitário.

<p><i>Onerosa, a União terá de devolver a diferença à Companhia, cuja efetivação sujeitar-se-á às leis orçamentárias. A Companhia não pode garantir o resultado final das negociações acerca da revisão do valor da Cessão Onerosa, tampouco se a obrigação de desembolsar valor adicional pela Cessão Onerosa, a redução do volume máximo de barris de óleo equivalente que poderá extrair das áreas objeto da Cessão Onerosa, a devolução de blocos exploratórios à União ou a obrigação de a União devolver a diferença à Companhia não terá um efeito adverso para a Companhia. Adicionalmente, não poderá garantir que o resultado dessa negociação acerca da revisão do Contrato da Cessão Onerosa e de outras questões envolvendo o Contrato da Cessão Onerosa teria sido o mesmo se realizado entre duas partes não relacionadas.</i></p> <p><i>O Contrato de Cessão Onerosa também estabelece condições para redistribuição de blocos exploratórios objeto da Cessão Onerosa caso seja constatado que a produção de hidrocarbonetos é inviável economicamente em alguma área objeto da Cessão Onerosa por questões geológicas ou decorrentes de atos do poder público, de caráter geral e imprevisíveis, que onerem substancialmente a execução do Contrato de Cessão Onerosa. Nesse caso, essa redistribuição poderá resultar em realocação de volume de barris de óleo equivalente entre os blocos exploratórios objeto da Cessão Onerosa, que pode impedir a Companhia de produzir o volume máximo de barris de óleo equivalente, nos termos do Contrato de Cessão Onerosa. Além disso, caso isso ocorra, a Companhia não pode garantir que o ressarcimento que receberá da União, nos termos do Contrato da Cessão Onerosa, teria o mesmo efeito se a Companhia produzisse de fato o volume máximo de barris de óleo equivalente previsto no Contrato da Cessão Onerosa.</i></p> <p><i>A Companhia pode ter prejuízos e perder tempo e dinheiro se defendendo em possíveis processos judiciais e de arbitragem.</i></p> <p><i>O investimento da Companhia nos mercados locais de gás natural e energia talvez não gerem os resultados esperados. Nos últimos anos, a Companhia investiu sozinha ou com outros parceiros em diversas plantas a gás natural no Brasil. Essas usinas a gás fornecem baixa capacidade de carga para o sistema e tendem a operar com taxas de utilização abaixo da média. Esta taxa de utilização baixa possui um efeito negativo na sua capacidade de conseguir retorno desses investimentos. A Companhia também está sujeita a multas e pode perder sua licença para a venda de energia elétrica se não conseguir cumprir com seus compromissos de entrega de energia para com a ANEEL, a agência reguladora de energia no Brasil,</i></p>	<p><i>Companhia, podendo ter efeitos adversos nos resultados consolidados.</i></p> <p><i>Riscos relacionados aos fornecedores da Companhia</i></p> <p><i>A Companhia tem necessidade de aumentar a frota de plataformas de perfuração. A disponibilidade de plataformas existentes é limitada, assim como a capacidade dos estaleiros de construir novas unidades. A Companhia é continuamente obrigada a alternar a prioridade entre poços de desenvolvimento e poços pioneiros, e talvez não possa assegurar a quantidade de plataformas de perfuração necessária para atender às suas metas de exploração, desenvolvimento e produção em relação a sua camada de pré-sal.</i></p> <p><i>Riscos relacionados aos clientes da Companhia</i></p> <p><i>Conforme seção 7 do Formulário de Referência da Companhia, os maiores clientes da Companhia fazem parte do Sistema Petrobras. Ainda assim, podem ocorrer situações adversas que afetem a capacidade de honrar as obrigações desses ou de outros clientes, impactando sua receita e seus resultados.</i></p> <p><i>A maioria das receitas da Companhia está denominada em reais. Como grande parte de seus passivos está denominada em moeda estrangeira, as oscilações nas taxas de câmbio podem ter um impacto negativo em sua condição financeira e resultados operacionais.</i></p> <p><i>Riscos relacionados aos setores da economia nos quais o emissor atue</i></p> <p><i>A volatilidade e as quedas substanciais ou prolongadas nos preços internacionais do petróleo, derivados e gás natural podem impactar negativamente no lucro e metas de crescimento futuro da Companhia.</i></p> <p><i>O Governo Federal historicamente exerce e continua exercendo uma influência significativa na economia brasileira. As condições políticas e econômicas têm um impacto direto nos negócios da Companhia e poderão ter um efeito adverso em seus resultados operacionais e posição financeira.</i></p> <p><i>Riscos relacionados à regulação dos setores em que a Companhia atua</i></p> <p><i>A Companhia não possui nenhuma das reservas de petróleo e gás natural no Brasil. Uma fonte garantida de reservas de petróleo e gás natural é essencial para a produção sustentável e geração de renda de uma companhia de petróleo e gás.</i></p> <p><i>De acordo com a legislação brasileira, o governo federal detém todas as reservas de petróleo e gás natural no Brasil, e a concessionária retém o que for produzido por ela em termos de petróleo e gás. A Companhia tem o</i></p>
--	--

LEIA O PROSPECTO PRELIMINAR E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, ESPECIALMENTE A RESPECTIVA SEÇÃO DE FATORES DE RISCO.

As informações contidas neste material publicitário não substituem a leitura atenta do Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência. O prospecto preliminar e o formulário de referência estão disponíveis nas páginas da internet na página 2 deste Material Publicitário.

<p><i>devido às restrições de fornecimento de gás. Existem diversos fatores que podem afetar a capacidade da Companhia de entregar gás às suas plantas, incluindo sua incapacidade de assegurar o fornecimento de gás natural, falta de infra-estrutura de transporte de gás natural e aumento na demanda do mercado não-termoelétrico. A demanda de gás natural também é influenciada pelas condições econômicas como um todo e pelos preços do petróleo. O preço de gás natural da Companhia não se ajusta imediatamente às oscilações no preço internacional do petróleo e derivados, o que pode tornar o gás natural menos competitivo até que seja ajustado a preços internacionais mais baixos. Quedas de preços prolongadas no mercado de gás natural brasileiro terão um efeito negativo nos resultados operacionais e na posição financeira da Companhia.</i></p> <p><i>Como resultado do acima mencionado, os investimentos da Companhia em gás natural e no mercado brasileiro de energia elétrica geraram prejuízos no passado e podem não gerar os resultados esperados no futuro.</i></p> <p><i>Perdas decorrentes da paralisação das operações da Companhia no Brasil, para as quais a Companhia não contratou seguro, e as não cobertas pelos seguros contratados podem resultar em prejuízos, o que poderá causar efeitos adversos à Companhia.</i></p> <p><i>A Companhia está exposta a aumentos nas taxas de juros predominantes no mercado, o que a deixa vulnerável a um aumento nas despesas financeiras.</i></p> <p><i>A exploração e produção de petróleo em águas profundas e ultraprofundas envolve riscos que são acentuados quando essas atividades são conduzidas em águas profundas e ultraprofundas. A maior parte das atividades de exploração e produção da Companhia é realizada em águas profundas e ultraprofundas, proporção essa que deve se manter ou aumentar em razão de os reservatórios do pré-sal estarem localizados em águas profundas e ultraprofundas. As atividades da Companhia particularmente as de perfuração conduzidas em águas profundas e ultraprofundas, apresentam diversos riscos, dentre os quais o de vazamentos, explosões em dutos e poços exploratórios e desastres ambientais e geológicos. Esses e outros eventos ou acidentes podem resultar em lesões corporais, mortes, danos severos ao meio ambiente e, conseqüentemente, dispêndios com contenção, limpeza e reparação do dano, bem como danos em equipamentos e responsabilização no âmbito civil e administrativo. O recente acidente no Golfo do México, que ilustra esses riscos, resultou em suspensão das atividades de perfuração na região, o que pode ter</i></p>	<p><i>direito exclusivo de explorar suas reservas de acordo com os acordos de concessão a ela concedidos pelo governo brasileiro, e são seus os hidrocarbonetos que produz de acordo com os contratos de concessão. No entanto, se o governo federal restringisse ou proibisse a Companhia de explorar estas reservas de petróleo e gás natural, sua capacidade de auferir renda seria impactada negativamente. Adicionalmente, a Companhia está sujeita a diversas penalidades pela ANP, que, inclusive pode revogar suas concessões caso não cumpra com suas obrigações contratuais.</i></p> <p><i>A Companhia está sujeita a diversas regulamentações ambientais e de saúde tornadas mais rígidas recentemente, e que poderão resultar em aumento de passivo e de investimentos.</i></p> <p><i>Riscos relativos aos países estrangeiros onde a Companhia atua</i></p> <p><i>A Companhia está sujeita a riscos substanciais relativos às suas operações internacionais, em especial na América Latina, África Ocidental e Oriente Médio, áreas nas quais pode haver instabilidades políticas, econômicas e sociais. Os resultados operacionais e a posição financeira das subsidiárias da Companhia nesses países podem ser afetados negativamente pelas oscilações nas economias, instabilidade política e ações governamentais locais, incluindo:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>• A imposição de controles de câmbio e preços;</i> <i>• A imposição de restrições nas exportações de hidrocarbonetos;</i> <i>• A oscilação das moedas locais frente ao Real;</i> <i>• A nacionalização das reservas de petróleo e gás, como ocorrido recentemente na Venezuela, Equador e Bolívia;</i> <i>• Os aumentos nas alíquotas do imposto de exportação e do imposto de renda para petróleo e derivados, conforme ocorrido recentemente na Argentina, Venezuela, Equador e Bolívia; e</i> <i>• Mudanças institucionais unilaterais (governamentais) e contratuais, incluindo controles e limitações sobre os investimentos em novos projetos, conforme ocorrido recentemente na Venezuela, Equador e Bolívia.</i> <p><i>Se um ou mais dos riscos acima descritos ocorrerem, a Companhia poderá perder parte ou todas as suas reservas no país afetado, e talvez não consiga alcançar seus objetivos estratégicos nesses países ou em suas operações internacionais como um todo, o que pode impactar de forma negativa os resultados operacionais e posição financeira da Companhia.</i></p> <p><i>Dos países em que a Companhia opera, além do Brasil, a</i></p>
---	--

LEIA O PROSPECTO PRELIMINAR E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, ESPECIALMENTE A RESPECTIVA SEÇÃO DE FATORES DE RISCO.

As informações contidas neste material publicitário não substituem a leitura atenta do Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência. O prospecto preliminar e o formulário de referência estão disponíveis nas páginas da internet na página 2 deste Material Publicitário.

um efeito adverso para a Companhia, especificamente em relação a sua estratégia de intensificar as suas atividades de exploração no Golfo do México. Além disso, não é possível garantir se o acidente no Golfo do México não resultará na imposição de normativos ambientais e regulatórios, dentre outros, mais severos ou em encargos mais onerosos para as atividades desenvolvidas no Golfo do México, inclusive em relação a exigências mais restritivas em termos de equipamentos e infraestrutura, tampouco se resultará em custos mais elevados na contratação de seguro no setor de petróleo e gás natural como um todo ou a dimensão desses aumentos. As apólices de seguros da Companhia podem não cobrir todos os riscos a que a mesma esta sujeita e/ou o seguro para cobrir todos os riscos a que a Companhia está sujeita podem não estar disponíveis para contratação. A companhia não pode garantir que nenhum tipo de acidente ocorrerá no futuro, que suas apólices de seguro cobrirão integral e adequadamente seus prejuízos ou que não será responsabilizada por esses ou outros eventos ou acidentes.

A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulamentação no Brasil e no exterior, incluindo as relacionadas a meio ambiente, vigilância sanitária e segurança do trabalho, de diversas autoridades federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal, tanto no Brasil como em outras jurisdições nas quais a Companhia opera. Esse conjunto normativo inclui a obrigação da Companhia de obter e manter licenças, autorizações e alvarás válidos para o exercício regular das suas atividades. No Brasil, por exemplo, a Companhia está sujeita à regulamentação de diversas agências reguladoras, como, por exemplo, a ANP, ANTAQ, ANEEL e ANTT, que fiscalizam constantemente suas unidades de produção e possuem competência para, dentre outros, impor multas ou restrições às suas atividades.

A título de exemplo, a legislação ambiental brasileira e sua regulamentação determinam que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais, tais como a exploração e produção de petróleo e gás, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Esse procedimento é necessário para atestar a viabilidade ambiental, a localização, a instalação e a operação do empreendimento, bem como para realizar ampliações e modificações significativas no empreendimento. Nesse sentido, o licenciamento pode resultar, por exemplo, na necessidade de obtermos sucessivas licenças ou de realizarmos mudanças em suas operações e/ou instalações de forma a restringir o impacto atual ou potencial ao meio ambiente. Novos projetos e eventuais mudanças nas operações e/ou

Argentina é o mais significativo, representando 43,6% do total de sua produção internacional de petróleo e gás natural e 44,3% de suas reservas internacionais provadas de petróleo e gás natural em 31 de dezembro de 2009. Desde 2007, o governo argentino aumentou as alíquotas de imposto de exportação para petróleo, gás natural e derivados que afetaram negativamente os resultados operacionais e a posição financeira da Companhia.

A Companhia também tem operações significativas na Bolívia e Venezuela que representaram, respectivamente, 19,8% e 4,3% do total de sua produção internacional em barris de petróleo equivalente em 31 de dezembro de 2009. Em 31 de dezembro de 2008, a Bolívia respondia por 31,02% das reservas internacionais da Companhia de petróleo e gás natural. Entretanto, em 25 de janeiro de 2009, a Bolívia adotou uma nova constituição que proíbe a propriedade privada dos recursos de petróleo e gás do país. Como resultado, a Companhia ficou impossibilitada de incluir quaisquer reservas provadas na Bolívia em suas reservas provadas ao final do exercício de 2009. A Companhia continuou a registrar a produção de suas operações na Bolívia relativa a seus contratos existentes naquele país.

Riscos relacionados à Oferta Global e às Ações

A participação de Pessoas Vinculadas na Oferta Global poderá ter um efeito adverso na fixação do Preço por Ação, podendo, inclusive, promover a sua má-formação ou descaracterizar o seu processo de formação, especialmente se considerado a Oferta Prioritária aos Acionistas da Companhia

Os interesses da União, Acionista Controlador da Companhia, podem ser divergentes ou conflitantes com os interesses dos outros acionistas da Companhia. A União tem, e continuará a ter após a conclusão da Oferta Global, poderes para, dentre outros, eleger a maioria dos membros do conselho de administração da Companhia e decidir sobre quaisquer questões que sejam de competência de seus acionistas, incluindo reorganizações societárias, cancelamento do seu registro de companhia aberta, alienação de suas subsidiárias e montante e momento para distribuição dos dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia, ressalvadas as exigências de dividendo mínimo obrigatório, de acordo com seu estatuto social. Os interesses da União poderão ser divergentes ou conflitantes com os interesses dos outros acionistas da Companhia, inclusive para orientar seus negócios com o fim de atender ao interesse público que justificou a criação da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas de Ações após a conclusão da Oferta Global pode afetar

LEIA O PROSPECTO PRELIMINAR E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, ESPECIALMENTE A RESPECTIVA SEÇÃO DE FATORES DE RISCO.

As informações contidas neste material publicitário não substituem a leitura atenta do Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência. O prospecto preliminar e o formulário de referência estão disponíveis nas páginas da internet na página 2 deste Material Publicitário.

<p><i>instalações da Companhia podem resultar em gastos significativos, inclusive com o fim de criar mecanismos para evitar acidentes e/ou danos ao meio ambiente. Além disso, a legislação ambiental brasileira é bastante rigorosa em relação a emissões ou derrames de resíduos contaminantes decorrentes das atividades da Companhia.</i></p> <p><i>Em matéria regulatória, a ANP, por exemplo, em sua competência de gerenciar a segurança operacional das instalações marítimas de perfuração e produção de petróleo e gás, pode impor ações preventivas ou corretivas para garantir a adequação das instalações marítimas da Companhia a exigências mínimas da sua regulamentação com o fim de proteger a vida humana e o meio ambiente, o que pode resultar em custos substanciais e/ou obrigar a Companhia a suspender preventiva ou punitivamente suas operações. A Companhia não pode garantir que a legislação e regulamentação aplicáveis às suas atividades não serão alteradas, não se tornarão mais severas ou não nos sujeitarão a encargos mais onerosos no futuro. Também não pode garantir se será capaz de obter ou renovar suas licenças, autorizações e alvarás, se eles serão revogados ou se as competentes autoridades se recusarão ou atrasarão a sua emissão ou renovação, o que pode prejudicar a instalação e operação das suas atuais e futuras unidades de exploração e produção. A inobservância ou descumprimento da legislação e regulamentação a que a Companhia está sujeita pode impor uma série de penalidades, que podem afetar adversamente a Companhia. No Brasil, caso a Companhia não observe, por exemplo, a legislação e regulamentação ambiental pertinente ou ocorram eventuais acidentes, a Companhia, seus administradores e/ou terceiros por ela contratados estarão sujeitos a sanções administrativas e penas, incluindo prisão dos responsáveis pessoas físicas, bem como à reparação de danos ambientais causados, à suspensão parcial ou total das atividades, à perda ou restrição de incentivos fiscais e programas de parcelamento e ao cancelamento ou à suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito. Como exemplo, ocorreram derrames de petróleo no passado que resultaram em multas de diversas agências ambientais e em diversas investigações e processos civis e criminais.</i></p> <p><i>Além disso, como os investimentos da Companhia estão sujeitos à aprovação do Governo Federal e do Congresso Nacional, o aumento dos gastos com obrigações legislativas e regulatórias poderia reduzir seus investimentos estratégicos. Aumentos substanciais nos gastos para atendimento de exigências legislativas e regulatórias ou redução em investimentos estratégicos poderão afetar adversamente a Companhia. Qualquer dos fatores</i></p>	<p><i>adversamente o preço de mercado das Ações da Companhia.</i></p> <p><i>Os investidores na Oferta Global poderão sofrer diluição imediata no valor de seus investimentos nas Ações da Companhia.</i></p> <p><i>A Oferta Global compreende simultaneamente uma oferta pública de distribuição de Ações no Brasil, incluindo esforços de colocação das Ações no exterior, e uma oferta pública de distribuição de Ações sob a forma de ADS no exterior, o que poderá expor a Companhia a riscos decorrentes ou relacionados a esse tipo de operação. Os riscos decorrentes ou relacionados a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil. Os esforços de colocação das Ações no exterior no âmbito da Oferta, assim como a Oferta Internacional, sujeitam a Companhia a normas relacionadas à proteção dos investidores estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes no Preliminary Prospectus e no Final Prospectus.</i></p> <p><i>Adicionalmente, a Companhia é parte do Contrato de Distribuição Internacional, que regula, dentre outros, a Oferta Internacional a ser realizada sob a coordenação dos Coordenadores Globais da Oferta Internacional e os esforços de colocação das Ações no exterior no âmbito da Oferta Brasileira a serem realizados pelos Coordenadores Globais da Oferta Internacional, na qualidade de agentes de colocação internacional dos Coordenadores Globais da Oferta. O Contrato de Distribuição Internacional contém uma cláusula de indenização em favor dos Coordenadores Globais da Oferta Internacional, por meio da qual a Companhia concorda em indenizá-los por perdas que eventualmente venham a incorrer no exterior como resultado de incorreções ou omissões relevantes no Preliminary Prospectus e no Final Prospectus. Caso venham a sofrer essas perdas no exterior, os Coordenadores Globais da Oferta Internacional poderão ter direito de regresso contra a Companhia em conformidade com essa cláusula de indenização. Além disso, o Contrato de Distribuição Internacional contém declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos da América.</i></p> <p><i>Em cada um desses casos, poderão ser instaurados processos judiciais no exterior contra a Companhia, os quais, especialmente nos Estados Unidos da América, podem envolver montantes significativos, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos da América para o cálculo das indenizações devidas nesses tipos de processo. Adicionalmente, no sistema processual dos Estados Unidos da América, as partes litigantes são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial dos processos, o que onera as companhias envolvidas mesmo que fique</i></p>
--	---

LEIA O PROSPECTO PRELIMINAR E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, ESPECIALMENTE A RESPECTIVA SEÇÃO DE FATORES DE RISCO.

As informações contidas neste material publicitário não substituem a leitura atenta do Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência. O prospecto preliminar e o formulário de referência estão disponíveis nas páginas da internet na página 2 deste Material Publicitário.

<p><i>acima pode afetar adversamente a Companhia.</i></p> <p><i>O novo marco regulatório do setor de petróleo e gás natural brasileiro e a Cessão Onerosa estão sujeitos à contestação legal. O novo marco regulatório do setor de petróleo e gás natural brasileiro representado pelo Projeto de Lei da Câmara nº 7 de 2010, se aprovado, sancionado e regulamentado, introduzirá novas regras para a exploração e produção de petróleo e gás natural no Brasil. Adicionalmente, o Contrato da Cessão Onerosa, elaborado e celebrado em conformidade com a Lei 12.276, autorizou a União a nos ceder o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos em áreas nos reservatórios do pré-sal, conforme determinadas no Contrato da Cessão Onerosa, até o limite de 5 bilhões de barris de óleo equivalente. Contestações quanto à constitucionalidade ou legalidade da Cessão Onerosa, do Contrato da Cessão Onerosa e/ou do novo marco regulatório, com relação, por exemplo, (1) à condição da Companhia de operadora exclusiva de todos os blocos exploratórios na região do pré-sal que ainda não tiverem sido objeto de concessões pelo Governo Federal, além de outras áreas que o CNPE venha a considerar estratégicas, (2) ao fato de a Cessão Onerosa ser realizada sem procedimento licitatório, (3) ao valor da Cessão Onerosa, ou (4) às condições, metodologias e possíveis resultados dos procedimentos de revisão e realocação no âmbito do Contrato da Cessão Onerosa, poderão ser realizadas judicialmente perante o Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça, conforme o caso. Caso o novo marco regulatório e/ou a Cessão Onerosa sejam declarados, no todo ou em parte, inconstitucionais ou ilegais, conforme o caso, isso poderá resultar em incertezas quanto à regulação do setor no qual a Companhia atua, incluindo questionamentos acerca da validade das relações jurídicas que estiverem baseadas no novo marco regulatório.</i></p>	<p><i>provado não ter havido qualquer irregularidade. Eventual condenação em processo judicial que venha a ser movido no exterior contra a Companhia em decorrência ou relacionado a incorreções ou omissões relevantes no Preliminary Prospectus e/ou no Final Prospectus poderá afetar adversamente a Companhia.</i></p> <p><i>A relativa volatilidade e a liquidez limitada dos mercados brasileiros de valores mobiliários poderão restringir a capacidade dos investidores de negociar com as Ações da Companhia.</i></p> <p><i>Os acionistas da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre capital próprio</i></p> <p><i>As Ações Preferenciais da Companhia não conferem, em geral, direito de voto aos seus titulares.</i></p>
---	---

As expressões em letra maiúscula utilizadas neste Material Publicitário têm o mesmo significado a elas atribuído no Formulário de Referência da Companhia ou no prospecto da Oferta Global, exceto se de outra forma forem aqui definidas.

O registro da Oferta Global não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da Companhia, bem como sobre as ações a serem distribuídas.

O investimento em Ações por intermédio do Fundo representa um investimento de risco, posto que é um investimento em renda variável, e, assim, os investidores que pretendam investir em cotas do Fundo cujos recursos serão destinados à integralização de Ações que vierem a ser subscritas pelo Fundo estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil,

LEIA O PROSPECTO PRELIMINAR E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, ESPECIALMENTE A RESPECTIVA SEÇÃO DE FATORES DE RISCO.

As informações contidas neste material publicitário não substituem a leitura atenta do Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência. O prospecto preliminar e o formulário de referência estão disponíveis nas páginas da internet na página 2 deste Material Publicitário.

descritos no Prospecto Preliminar e nos itens “4” e “5” do Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em cotas dos Fundos cujos recursos serão destinados à integralização de Ações que vierem a ser subscritas pelo Fundo não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais.



A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários

Atenciosamente,

Banco Bradesco BBI S.A.

Consultoria de Investimentos Bradesco: 0800 704 1616
Atendimento em dias úteis, de segunda a sexta-feira. Das 8h às 20h (horário de Brasília).

Alô Bradesco
SAC - Serviço de Apoio ao Cliente
Cancelamento, Reclamações e Informações: 0800 704 8383
Deficiente Auditivo ou de Fala: 0800 722 0099
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana.

Ouvidoria: 0800 727 9933
Atendimento de segunda à sexta-feira, das 08h às 18h, exceto feriados.

LEIA O PROSPECTO PRELIMINAR E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, ESPECIALMENTE A RESPECTIVA SEÇÃO DE FATORES DE RISCO.

As informações contidas neste material publicitário não substituem a leitura atenta do Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência. O prospecto preliminar e o formulário de referência estão disponíveis nas páginas da internet na página 2 deste Material Publicitário.